

POLÍTICA ECONÔMICA

Governo enxuga o orçamento

O corte de projetos prioritários dá medida do aperto fiscal e deve apressar reforma fiscal, segundo o secretário

ARMANDO MENDES**BRASÍLIA —**


O governo calculava que poderia construir 1.100 Ciacs em 93, a partir das estimativas de receita de impostos para o ano que vem. Só vai construir 400 e, mesmo assim, porque a área do projeto de arquitetura foi reduzida, para diminuir o custo de cada Ciac de US\$ 1,8 milhão para US\$ 1,4 milhão. Sem esse abatimento, o dinheiro só daria para fazer 300 Ciacs, dizem os técnicos que estão fechando o projeto de lei do orçamento da União para 93.

O corte de um dos projetos prioritários do governo dá a medida do aperto fiscal embutido no projeto, que o governo manda ao Congresso nesta segunda-feira. "É um orçamento para apressar a reforma fiscal", diz o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Parente. "Ele expõe uma crise fiscal como nunca vimos, instalada no País."

Segundo os técnicos da Seplan, a lei orçamentária do ano que vem terá receitas e gastos globais equivalentes a no máximo 16% do PIB, ou US\$ 64 bilhões. Mas, para cumprir seus compromissos, o governo precisaria de pelo menos 23 a 24% do PIB (US\$ 92 a 96 bilhões) — média histórica da receita fiscal até a Constituição de 88.

Desde essa época, a receita vem despencando e não deverá passar dos 17% do PIB (US\$ 68 bilhões) em 92. O governo só está

conseguindo gastar 2/3 do orçamento aprovado pelo Congresso, na média global de todos os gastos. As receitas do primeiro semestre, em relação a 91, caíram quase 10% e a esperança de melhora não está se confirmando. "O ano que vem vai ser pior", preocupa-se o secretário. Para agravar o quadro, o corte nos gastos do governo não pode ser distribuído igualmente por todo o orçamento. Pagamento de pessoal e o serviço da dívida pública não podem ser cortados. Sobra sempre para os "outros custeios e capital", ou OCC, no jargão do serviço público — o item no qual são previstos os investimentos em novas obras, projetos e serviços, como os Ciacs.

A situação é dramática para os ministérios e secretarias que dependem da repartição do bolo global da arrecadação tributária. Eles integram uma categoria diversa daquela formada pelos que se financiam com tributos específicos — Saúde e Educação, por exemplo, que recebem diretamente a arrecadação do Finsocial e do salário-educação. Na primeira estimativa da Seplan, o OCC dos ministérios sem receita vinculada perderia 22% no ano que vem, calculados sobre o gasto já violentamente comprimido deste ano. Nesse ano, o governo só está gastando 45% do orçamento aprovado.

Por isso, a Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) foi o último órgão de governo a entregar sua proposta de orçamento, na semana passada. Técnicos da SDR e do Departamentos de Orçamentos da União atravessaram tardes e noites ne-

gociando a proposta da secretaria, até chegarem a números de consenso. Mas o enfrentamento político mais grave, sem consenso, foi provocado pelo orçamento do Poder Judiciário.

Escorados numa interpretação da Constituição que lhes garante total autonomia financeira e administrativa, os Tribunais Superiores sempre se limitaram a mandar suas propostas orçamentárias para a Seplan, que as anexava, sem discussão, ao projeto do Poder Executivo. Neste ano, o Legislativo e o Executivo tentaram limitar os gastos do Judiciário. Baseado no artigo 99 da Constituição, que prevê obediência a "limites estipulados conjuntamente com os demais poderes", o Congresso determinou que a Justiça e o próprio Poder Legislativo só poderiam gastar no ano que vem o equivalente à média de suas despesas de 89 a 91.

O Judiciário não aceitou o que considera uma interferência inconstitucional em sua autonomia. Liderados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sidney Sanches, os presidentes dos Tribunais Superiores foram na quinta-feira ao Planalto, comunicar ao presidente Fernando Collor que estavam mandando à Seplan suas próprias propostas de orçamento. Apenas o Superior Tribunal Militar e o Ministério Público aceitaram os limites da LDO.

O secretário Pedro Parente vai mandar amanhã ao Congresso as duas propostas de orçamento do Judiciário — a da Seplan e a dos Tribunais. O Congresso decidirá qual das duas será transformada em lei.

para 93

nacional do Planejamento